

Batepá, a chacina que despertou São Tomé e Príncipe

TEXTO DE MARCO CARVALHO



Massacre de Batepá, Guerra da Trindade, Massacre de 1953 ou Guerra de Batepá. Os fatídicos acontecimentos de 3 de Fevereiro de 1953 são recordados em São Tomé e Príncipe por várias designações, mas ninguém escamoteia a sua importância: como nação independente, São Tomé nasce a 12 de Julho de 1975 – fez ontem 40 anos – mas o ponto de viragem para o pequeno arquipélago equatorial materializou-se mais de duas décadas antes, numa trágica série de eventos desencadeada, essencialmente, pela ferocidade das relações e práticas laborais adoptadas nas roças de cacau e de café da ilha. As vítimas de Batepá não quiseram aceitar as condições dos contratos propostos pelos patrões das roças e chicotearam mesmo o filho do Conde Valle Flor, o maior proprietário do arquipélago. Humilhado, o latifundiário ofereceu uma pinha de banana pão em ouro e uma avultada quantia em dinheiro para quem conseguisse subjugar o povo de São Tomé.

Carlos Gorgulho, à época representante de Lisboa no arquipélago, tomou os interesses de Valle Flor

pelos interesses da nação. Depois de utilizar a diplomacia para tentar iludir a elite crioula da altura, o governador organizou polícia e militares, recorreu a milícias de funcionários e fazendeiros e aos serviços dos imigrantes angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos que tinham sido contratados para trabalhar na exploração do cacau e do café.

A tensão que permeou o quotidiano do arquipélago nas primeiras semanas de 1953 explodiu a 2 de Fevereiro, na actual cidade da Trindade. Dirigido pelo alferes Amaral, um contingente militar tentou recrutar à força centenas de nativos para as plantações de café e de cacau, e para as empreitadas públicas dinamizadas por Gorgulho. A 3 de Fevereiro as tropas portuguesas tinham perdido já o controlo sobre os acontecimentos: a violência espalhou-se pelas regiões vizinhas, com focos de resistência e de insurreição nas zonas de Batepá, Folha Fede, António Soares e Otóto.

O apocalipse deu-se, porém, na praia de Fernão Dias, no noroeste da ilha de São Tomé.

Sobreviventes falam de dezenas de corpos moribundos estendidos no areal, da espuma da rebentação tingida de vermelho vivo. Sessenta e três anos depois, São Tomé e Príncipe ainda chora e procura honrar os que perderam a vida durante os trágicos acontecimentos de Fevereiro de 1953, mas Inês Nascimento Rodrigues defende que a história dos acontecimentos de Batepá não é tão aquilina e transparente como parece ser. O massacre, cujas vítimas foram elevadas ao estatuto de heróis e de mártires da causa santomense, serve para que o país afirme “uma identidade colectiva partilhada” e assinala o advento de uma identidade nacional. A transformação de Batepá em símbolo identitário oculta – adverte em entrevista a jovem investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – as cisões e divisões internas que existiam entre a própria população colonizada.

- Conhece como poucos a recta final do período da colonização portuguesa em São Tomé e Príncipe. Há um antes e um depois de Batepá

na luta pela independência do país. O massacre foi o momento circunstancial de ruptura, mas o modelo colonialista patrocinado por Portugal sempre teve incidências muito próprias no arquipélago, através de manifestações como a escravatura e a repressão. De que forma é que o processo de descolonização em São Tomé se distinguiu dos restantes territórios?

Inês Nascimento Rodrigues – Os mecanismos de violência accionados pelo dito império colonial português são diversos e estão presentes durante todo o processo de colonização das ilhas. Os trabalhadores contratados, por exemplo, eram recrutados de Angola, Moçambique e Cabo Verde, principalmente, e iam num regime de quase escravatura trabalhar nas roças de São Tomé e Príncipe. Aqui, eram alvo de uma dupla marginalização, tanto pelos colonizadores, como pelos nativos, que não estavam sujeitos ao estatuto do indigenato. Numa sociedade profundamente hierarquizada, a discriminação acontecia não apenas baseada na cor da pele, mas também em distinções de classe e estatuto